



MPF
FLS. _____
2ª CCR

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

VOTO Nº 353/2017

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.12.000.000984/2016-28

ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAPÁ

PROCURADOR OFICIANTE: ANDRÉ ESTIMA DE SOUZA LEITE

RELATORA: MARIA HELENA DE CARVALHO NOGUEIRA DE PAULA

NOTÍCIA DE FATO. OMISSÃO DE DADOS TÉCNICOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ARQUIVAMENTO COM BASE NA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO À AUTO-INCRIMINAÇÃO. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (LC Nº 75/93, ART. 62, IV). INAPLICABILIDADE AO CASO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar o crime previsto no art. 10 da Lei nº 7.347/85, tendo em vista que responsável legal por sociedade empresária investigada nos autos de Inquérito Civil Público, desobedeceu às notificações expedidas pelo Ministério Público do Trabalho.

2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do presente apuratório tendo em vista que as informações eram destinadas a subsidiar inquérito civil que visava a apuração de irregularidades trabalhistas por parte do próprio investigado, vindo a incidir no caso o princípio da não-autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*).

3. Segundo precedente do STF o privilégio contra a auto-incriminação traduz direito público subjetivo assegurado a qualquer pessoa que, na condição de testemunha, de indiciado ou de réu, deva prestar depoimento perante órgãos do Poder Legislativo, do Poder Executivo ou do Poder Judiciário. (...) O direito ao silêncio enquanto poder jurídico reconhecido a qualquer pessoa relativamente a perguntas cujas respostas possam incriminá-la (*nemo tenetur se detegere*) impede, quando concretamente exercido, que aquele que o invocou venha, por tal específica razão, a ser preso, ou ameaçado de prisão, pelos agentes ou pelas autoridades do Estado (STF - Pleno - HC nº 79.812-8/SP - Rel. Min. Celso de Mello - Diário da Justiça, Seção 1, 16 fev. 2001, p. 91).

4. Ou seja, o direito fundamental a não auto-incriminação incide quando da fala ou do comportamento do investigado possa resultar uma persecução penal contra ele. Não é, contudo, o caso dos autos.

5. No caso, as informações requisitadas (comprovantes de registro e pagamento de salários, e TRCTs e comprovantes do efetivo pagamento das verbas rescisórias) não possuíam o condão de ensejar procedimento criminal posterior a justificar a incidência do princípio em questão, possuindo, apenas, potencialidade de gerar responsabilização nos âmbitos cível e trabalhista, não justificando a incidência do direito a não-incriminação ao caso.

6. Precedentes da 2ª CCR: SRPF-AP-00023/2014-INQ, 658ª Sessão de Revisão, de 05/09/2016, unânime e SRPF-AP-00225/2014-INQ, 667ª Sessão de Revisão, de 21/11/2016, unânime.

7. Designação de outro membro do Ministério Público Federal prosseguir na persecução penal.

Trata-se de notícia de fato instaurada para apurar o crime de desobediência (CP, art. 330) ou do previsto no art. 10 da Lei nº 7.347/85, tendo em vista que o responsável legal da empresa P. H. P. FERREIRA – EPP, desobedeceu às notificações do Ministério Público do Trabalho.

O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do presente apuratório tendo em vista que as informações eram destinadas a subsidiar procedimento que visava a apuração de irregularidades trabalhistas por parte do próprio investigado, vindo a incidir no caso o princípio a não-autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*) (fl. 9-v).

Os autos foram remetidos a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão nos termos do art. 62, inc. IV, da LC 75/93.

É o relatório.

Em que pesem os argumentos alinhavados pelo Procurador da República oficiante, o arquivamento mostra-se inapropriado.

O princípio da não auto-incriminação ou princípio *nemo tenetur se detegere*, estabelece a diretriz de que ninguém pode ser forçado a produzir prova contra si mesmo, ou seja, ninguém tem que se descobrir para contribuir na sua própria punição criminal.¹

O Supremo Tribunal Federal, ao analisar a matéria, se manifestou da seguinte forma:

"O privilégio contra a auto-incriminação - que é plenamente invocável perante as Comissões Parlamentares de Inquérito - traduz direito público subjetivo assegurado a qualquer pessoa, que, na condição de testemunha, de indiciado ou de réu, deva prestar depoimento perante órgãos do Poder Legislativo, do Poder Executivo ou do Poder Judiciário. O exercício do direito de permanecer em silêncio não autoriza os órgãos estatais a dispensarem qualquer tratamento que implique restrição à esfera jurídica daquele que regularmente invocou essa prerrogativa fundamental. Precedentes. O direito ao silêncio - enquanto poder jurídico reconhecido a qualquer pessoa relativamente a perguntas cujas respostas possam incriminá-la (*nemo tenetur se detegere*) - impede, quando concretamente exercido, **que aquele que o invocou venha, por tal específica razão, ser preso ou ameaçado de prisão**, pelos agentes ou pelas autoridades do Estado. Ninguém pode ser tratado como culpado, qualquer que seja a natureza do ilícito penal cuja prática lhe tenha sido atribuída, sem que exista, a esse respeito, decisão judicial condenatória transitada em julgado. O princípio constitucional da não-culpabilidade, em nosso sistema jurídico, consagra uma regra de tratamento que impede o Poder Público de agir e de se comportar, em relação ao suspeito, ao indiciado, ao denunciado ou ao réu, como se estes já houvessem sido condenados definitivamente por sentença do Poder Judiciário. Precedentes". Grifo nosso. (STF - Pleno - HC nº 79.812-8/SP - Rel. Min. Celso de Mello - Diário da Justiça, Seção 1, 16 fev. 2001, p. 91).

¹Feitosa, Denilson, Direito processual penal, 7ª ed, 2010, p. 147.

Assim, observa-se que o direito fundamental a não auto-incriminação se viabiliza quando existente a possibilidade do indiciado ou réu vir a sofrer um procedimento penal contra si em virtude de suas declarações. Essa, inclusive, é a posição de Luiz Flávio Gomes, *in verbis*: “as dimensões do direito de não auto-incriminação que acabamos de elencar valem (são vigentes, incidem) tanto para a fase investigatória (qualquer que seja ela: inquérito policial, CPI etc.) como para a fase processual (propriamente dita). Vale também perante qualquer outro juízo (trabalhista, civil, administrativo etc.), **desde que da fala ou do comportamento ativo do sujeito possa resultar uma persecução penal contra ele**”.²

Contudo, não parece ser esse o caso dos autos. No caso, as informações requisitadas (comprovantes de registro e pagamento de salários, e TRCTs e comprovantes do efetivo pagamento das verbas rescisórias) não possuíam o condão de ensejar procedimento criminal posterior a justificar a incidência do princípio em questão, possuindo, apenas, potencialidade de gerar responsabilização nos âmbitos cível e trabalhista.

Como se vê, no caso concreto, o investigado, ao recusar ou omitir o fornecimento dos documentos requisitados pelo Procurador do Trabalho, nos autos de inquérito civil público, infringiu o disposto no art. 10 da Lei 7.347/85, justificando-se, portanto, a continuidade do presente feito.

Precedentes da 2ª CCR: SRPF-AP-00023/2014-INQ, 658ª Sessão de Revisão, de 05/09/2016, unânime e SRPF-AP-00225/2014-INQ, 667ª Sessão de Revisão, de 21/11/2016, unânime.

Com essas considerações, voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Amapá, para adoção das providências cabíveis, cientificando-se o Procurador da República oficiante, com nossas homenagens.

Brasília/DF, 25 de janeiro de 2017.

Maria Helena de Carvalho Nogueira de Paula
Procuradora Regional da República
Suplente – 2ª CCR/MPF

/M

²<http://fg.jusbrasil.com.br/noticias/2066298/principio-da-nao-auto-incriminacao-significado-conteudo-base-juridica-e-ambito-de-incidencia>